

SESSÕES DO PLENÁRIO

16ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de março de 2024.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (60) A Deputada Ivana Bastos encontra-se licenciada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não há expediente a ser anunciado.

Pequeno Expediente. (Oradores inscritos)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Raimundinho da JR para utilizar o tempo de 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. Raimundinho da JR (fora do microfone): Passo a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Robinho para utilizar o tempo de 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, amigos; boa tarde, presidente, professor Raimundo. Hoje eu estou aqui lembrando das festividades em que eu estive ontem, Raimundinho, que o meu amigo Pancadinha nos convidou, você ficou de chegar lá e não chegou. Nós ficamos com saudades de você, Raimundinho. Você perdeu uma das grandes festas, onde o Pancadinha mostrou a força da humildade.

Pancadinha ali presente e o espaço que foi reservado para as festividades ficou pequeno! Faltou você, meu presidente, professor Raimundo, o espaço ficou pequeno. Aquele espaço de festividades de Itabuna ficou pequeno. Até a Oposição – eu vendo os fuxicos dos opositores – disse que o espaço só cabe 3 mil pessoas, mas eu falei: “Olha, eu estava lá dentro e lá dentro estava lotado; quando eu saí, porque eu precisei sair assim que terminei o discurso porque eu tinha de vir para Salvador, lá fora estava lotado”.

Então eu fiquei feliz porque onde tem um governo do lero-lero e a população enxergando a possibilidade de ter alguém que representa, de fato, as pessoas humildes de Itabuna, é a oportunidade para que a humildade possa vencer o lero-lero. Há uma disputa muito boa ali em Itabuna, onde eu vejo a grande vontade do nosso amigo Pancadinha, deputado estadual, colega nosso, a grande oportunidade de representar a população de menor poder aquisitivo.

Então eu quero parabenizar todas as pessoas que foram ali prestigiar o evento. Eu quero agradecer o convite ao deputado Pancadinha, o nosso pré-candidato a prefeito de Itabuna. Estava ali presente também o presidente nacional do Solidariedade, Paulinho da Força; estava ali presente o líder do União Brasil, Elmar Nascimento; estavam os colegas Pablo Barrozo, Luciano, o ex-deputado pastor Tom, Júnior Nascimento, Marcinho e Penalva. Parte da bancada dos deputados estaduais estava ontem em Itabuna prestigiando o nosso colega Pancadinha, então estou satisfeito pelo convite, satisfeito pelo movimento que vi e que ganha Itabuna com isso.

Um abraço a todos. Muito obrigado ao presidente, professor Raimundo, pela atenção, pela oportunidade.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre colega Robinho.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Manuel Rocha pelo tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente. Com certeza ele vai trazer boas notícias do Oeste da Bahia, da Matopiba.

O Sr. Manuel Rocha (fora do microfone): Passo a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ele abre mão da palavra. Logo, eu concedo a palavra ao nobre deputado Samuel Junior, o segundo-secretário da nossa Mesa Diretora.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, meu amigo, professor Zé Raimundo, é uma alegria estar aqui mais uma vez na terça-feira. Saudar aqui os meus colegas deputados e deputadas. É uma alegria também reencontrar aqui o nosso amigo Cafu, que fez uma pequena cirurgia no seu braço, mas já está de volta. É uma figura que tenho o prazer de acompanhar nas redes sociais e sempre me divirto, Cafu, com o seu jeito alegre de levar a comunicação especial aos seus eleitores que o trouxeram aqui para esta Casa, e você tem feito um grande trabalho.

Hoje, Sr. Presidente, subo aqui à tribuna para fazer uma denúncia da empresa Águia Branca, empresa que roda especialmente, meu caro deputado Manuel, na Região Sul da nossa querida Bahia. No último sábado, uma jovem senhora, esposa de um pastor membro da nossa convenção, estava palestrando na cidade de Ituberá e pegou um ônibus, meu caro deputado Raimundinho, até a cidade de Eunápolis. E ela ficou um pouco preocupada porque, quando ela entrou no ônibus, percebeu que só tinha ela e mais duas mulheres, o restante dos passageiros eram homens. Sentada ali no banco, logo um rapaz se sentou ao seu lado e começou a fazer certo tipo de brincadeira, mas ela não deu ousadia, pediu que ele se sentasse no lugar dela e ela seguiu a viagem.

Mas ela relata, inclusive, no vídeo que ela fez, que tinha tomado um remédio chamado Dramin, para enjoo, e logo pegou no sono. Quando ela acordou, caro Armando, já foi com o rapaz tentando agarrá-la. Ela gritou, fez um escândalo dentro do ônibus. Ali, algumas pessoas a socorreram e ela logo explicou o mal-entendido entre ela e o rapaz. Um pouco mais à frente, meu caro Geraldo, o motorista do ônibus parou e perguntou o que estava acontecendo. Ela relatou o caso que estava acontecendo e, pasmem os senhores, quando chegou, mais ou menos, à altura de Travessão – os caros deputados, as pessoas que estão nos ouvindo e quem anda pela BR-101 sabe que, em especial ali, à noite, em Travessão, não se tem nada, é literalmente um breu –, o motorista, em vez de pedir ao rapaz que descesse do ônibus, disse a ela que ela estaria sendo convidada a descer do ônibus porque ela estava atrasando a viagem do percurso que ele precisava fazer.

Logo em seguida, ela disse: “Como é que eu vou descer desse ônibus, aqui em Travessão, especialmente à noite? E, nesse caso, a vítima sou eu! Você está convidando a vítima a descer do ônibus e não o que estava tentando fazer um abuso contra uma mulher?” E ele ainda chegou e disse assim: “A senhora não tem muito o que fazer, porque isso aqui acontece sempre e nenhuma providência é tomada”. E ele a convida a descer do ônibus novamente. Como ela disse que não teria como descer, até porque estava em Travessão, seguiu a viagem. Na próxima cidade, ele parou e disse assim: “Aqui, a senhora, então, já pode descer, porque a senhora disse que não queria descer em Travessão. A senhora pode descer aqui nesta cidade”. Era a cidade de Ibirapitanga.

Aí, vejam o absurdo. O motorista, que era para prestar assistência a uma mulher que estava sendo vítima naquele momento, ainda foi perguntar ao rapaz se estava tudo bem com ele. Esse é o papel de uma empresa que presta serviço?

Primeiro, era para ele proteger ou, pelo menos, ser um agente de todas as pessoas que ali estavam e não apenas de uma mulher, mas uma mulher que, nesse

caso, estava indefesa. Então fica aqui o nosso repúdio e a nossa manifestação contra a Águia Branca.

E já peço, Sr. Presidente, um pouquinho de vossa tolerância, eu posso ficar à vontade, mas é muito rápido. Ontem, aconteceu a primeira reunião que o presidente Lula fez com os ministros. Eu falo a primeira reunião neste ano, meu caro Robinho, e as notícias que saíram para mim foram duas, quer dizer, notícias...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que foram surpresas.

Primeiro, a informação era de que a ministra da Saúde, meu caro futuro prefeito da cidade de Itabuna, meu colega Pancadinha, que ela saiu chorando porque tinha sido cobrada asperamente, não só pelo presidente da República, mas pelo seu colegiado. Inclusive, nós, a população, hoje, não sabemos, de fato, como está a situação da saúde e, principalmente, da pandemia, em relação a todo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o nosso querido Brasil.

E o próprio ministro da Casa Civil, o ex-governador do nosso estado, o ministro Rui Costa, quando estava dando o relatório, recebeu um bilhetinho que era para ele ter mais entusiasmo na informação. O que mostra, então, que os números que estavam sendo apresentados eram números que traziam tristeza e falta de ânimo para o ministro.

Aí, o presidente Lula achou muito pouco e, quando foi falar dos evangélicos, ele disse que o Deus do pastor Silas Malafaia não é o mesmo Deus dele. Por incrível que pareça, é uma verdade o que o presidente falou. E eu preciso subir no dia de hoje e dizer que ele está 100% certo, meu caro Ney. Porque o Deus que ele serve não é o mesmo Deus que nós servimos, porque o Deus que ele serve... E aí, vocês podem pesquisar depois, porque existe um deus chamado Moloque, que é um deus que venera a morte de crianças.

Já o nosso Deus, a Bíblia diz que Ele fala: “Vinde a mim todas as criancinhas, porque delas é o reino de Deus”. Enquanto eles querem aprovar o aborto no nosso país, matando crianças, nós estamos defendendo as nossas crianças. E, de fato, presidente Lula, o seu Deus não é o mesmo, porque o nosso Deus é o Deus da verdade, é o Deus que ajuda as pessoas, é o Deus que quando estava aqui na Terra, meu caro Leandro, cumprindo a sua missão, tomava conta de todos, desde a criança aos adultos, mas também dos pobres.

E aí, eu poderia até dar um exemplo, que quando Deus estava em uma missão e as pessoas estavam com fome, ele pegou sete pães e sete peixinhos e fez uma multiplicação alimentando todas aquelas pessoas. Mas o que é que a gente pode falar da alimentação dos dias de hoje? Cada dia mais cara.

Então, Lula, de fato, o senhor falou uma verdade verdadeira. O Deus que você adora não é o mesmo Deus, nem do pastor Silas Malafaia, nem o mesmo Deus que nós adoramos. Que Deus tenha misericórdia do nosso Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Adolfo Menezes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Zé Raimundo. Logo após, falará o deputado Tiago Correia.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente Adolfo Menezes; colegas deputados e deputadas presentes na nossa sessão plenária; os que nos assistem pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais.

Sr. Presidente, ontem, na reunião presidencial com o seu *staff*, com todos os seus ministros... essa reunião deixou muito claras as grandes direções e os grandes projetos nacionais que o presidente Lula, neste 1 ano e 2 meses de governo, conseguiu, em primeiro lugar, resgatar a imagem do Brasil no exterior.

No ano passado, o presidente Lula se dirigiu a todos os fóruns, a todas as instâncias internacionais para mostrar que o Brasil tinha voltado, não só na política externa, mas também no seu território. O presidente Lula teve, no ano passado, todo um trabalho de reconstruir, de replanejar o Brasil com suas políticas sociais. Retomamos o Bolsa Família com novos índices, com novos indicadores; retomamos o apoio à agricultura familiar, que tinha sido perseguida pelo então presidente, o capitão que, na verdade, foi expulso, voltou e foi para a reserva como uma figura não benquista nas Forças Armadas, esse presidente que destruiu as políticas sociais e o Lula voltou.

O Lula recompôs as estruturas das universidades federais e, também, da mesma forma, dos institutos federais de educação tecnológica. O exemplo maior foi o anúncio, na semana passada, de 100 novos institutos, sendo 8 para a Bahia, 2 deles na nossa região, um na cidade de Poções e outro em Macaúbas. O presidente Lula retomou o programa Luz Para Todos pelo qual, a não ser em alguns poucos estados, praticamente o Brasil todo conseguiu energia na zona rural no seu governo; retomou as políticas econômicas, com um projeto nacional de reindustrialização do Brasil, com aproximadamente mais de R\$ 300 bilhões, R\$ 400 bilhões, para reposicionarmos a indústria brasileira.

O presidente Lula retoma a questão agrária, permitindo que aquelas populações esquecidas possam ter de volta um incentivo para produzir, para comercializar, respeitando a propriedade social da terra; retoma também o cuidado com os povos indígenas e das comunidades tradicionais. Por isso, eu tenho absoluta certeza de que o ano passado foi o ano da retomada, já com bons indicadores. A nossa economia atingiu praticamente 3% de crescimento do PIB e os sinais deste ano são muito positivos.

Com as políticas que foram reconstruídas no ano passado e com as medidas como a retomada do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, que a Bahia vai ser beneficiada com muitos bilhões de reais, o Brasil vai manter esse crescimento, combatendo as desigualdades, combatendo todas as formas de discriminação e, principalmente, investindo muito na saúde e na educação.

Na saúde, nós temos uma ministra cuja origem é do Sertão da Bahia, de Condeúba, Nísia Trindade; o seu pai estudou em Vitória da Conquista. Ela é, também,

uma autoridade internacional e dirige a Fiocruz, uma das mais importantes instituições da saúde, onde...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Oswaldo Cruz foi médico, uma fundação que tem grandes descobertas na área da saúde.

Por isso, Sr. Presidente, aquela reunião de ontem, do presidente Lula, é uma tomada de decisão e de gestão. Ele vai acelerar os programas e quem vai pilotar é o nosso ministro Rui Costa, que é...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o nosso ex-governador, que tanto fez pela Bahia e agora está fazendo pelo Brasil.

Por isso, as nossas esperanças se renovam e a certeza de que o presidente Lula fará um grande governo, ao lado, no caso da Bahia, de Jerônimo Rodrigues e de sua base. A Bahia vai voltar também a crescer e a se desenvolver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tiago, só 1 minuto, por favor.

Quero registrar a visita dos estudantes do Colégio Estadual Ana Bernardes, do bairro de Cajazeiras VI. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde, caros colegas, amigos da imprensa e servidores desta Casa. Alunos de Cajazeiras que visitam hoje esta Assembleia Legislativa, é muito bom tê-los conosco, é um prazer. Sejam bem-vindos, retornem sempre que possível.

Sr. Presidente, subo a esta tribuna para informar que hoje, dia 19 de março, é o Dia Nacional do Artesão, essa importante categoria composta por homens e mulheres, idosos e jovens, crianças, enfim, na grande maioria, familiares que passam essa tradição de pai para filho e, por muitas vezes, fazem do artesanato o principal sustento das suas famílias.

Então é muito importante entender que, atrás de qualquer artesanato, seja ele qual for, uma renda, uma costura, uma marcenaria, inclusive os alimentos, Sr. Presidente, os doces artesanais, os queijos artesanais, os mais diversos tipos de artesanato, se reúnem ali culturas do nosso povo, desde a cultura africana, a cultura indígena, a cultura europeia. Aqui no Brasil, dentro desse caldeirão, dessa diversidade cultural, temos artesanatos dos mais variados e, como falei, por muitas vezes, milhares de famílias se sustentam através do artesanato.

Mas mais importante que o artesanato é quem está por trás dele, que é o artesão, Sr. Presidente, por isso essa data em comemoração ao Dia Nacional do Artesão. E hoje começa, no Campo Grande, a Semana do Artesão, realizada pela Associação dos

Artesãos da Bahia (Adaba), feira essa que vai até o domingo. Eu convido a todos que possam se fazer presentes para conhecer um pouquinho do artesanato da Bahia.

Então eu queria deixar aqui os parabéns a todos os artesãos e dizer que nós temos orgulho por eles manterem viva a nossa cultura. E quero convidar, Sr. Presidente, V. Ex.^a para ir lá comigo no final da tarde para comprar um artesanato para nossa primeira-dama e, com certeza, ela ficará mais feliz.

Então um viva a todos os artesãos! É isso que eu trago.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cumprimento todos os colegas, a imprensa presente, os alunos de Cajazeiras que nos visitam aqui.

Realmente, estou aqui em mais este dia, após a fala de um deputado do PT, que sobe a esta tribuna, sinceramente, para trazer muitas inverdades, faltar com a verdade o tempo todo. Mas tem um detalhe, quando ele diz que o Brasil voltou. Vamos nos apegar a essa frase que eu acho que é importante porque, no Brasil, o que voltou agora foi a roubalheira. Isso foi o que voltou no Brasil. Voltou o Brasil da corrupção com o PT.

Nós estamos vivenciando a volta dos esquemas de corrupção envolvendo as mesmas empresas que foram investigadas e condenadas na Lava Jato. Foi esse o Brasil que voltou com o PT e com o Lula. Então não há nada de novo! Mas há um retorno, o retorno da corrupção, da bandidagem, da ladroagem, de meter a mão no bolso do povo! Mas parece que acham que isso é bonito, parece que acham isso lindo.

Fala-se muito das viagens ou do Brasil de volta ao cenário internacional. É, está de volta para passar vergonha! Porque se nós formos comparar, por exemplo, 2019, 1º ano de Jair Messias Bolsonaro, com 2023, o 1º ano do retorno do ex-presidiário Lula, o ex-presidiário gastou R\$ 27 milhões a mais que Bolsonaro em viagens. São viagens de luxo, hotéis de luxo, tudo tem de ser de luxo para esse que diz ser o pai dos pobres. Mas está aí uma verdade, ele é o pai dos pobres, porque ele multiplica a pobreza, multiplica a miséria, multiplica a violência.

E nós estamos vendo aqui, neste governo Lula, outros absurdos que eu vou trazer aqui, nos próximos dias. A Conferência Nacional de Educação (Conae) traz algumas diretrizes e direcionamentos, que já foram aprovados aqui, que são para incluir nas escolas a promiscuidade, a sexualização precoce, para levar para dentro da escola tudo o que não presta para os nossos filhos, expô-los à promiscuidade disfarçada ali de Educação Sexual. Mas eu vou expor todos os envolvidos.

E eu vejo os petistas subirem aqui para tentar ludibriar o povo, mas a gente olha para esta nossa Bahia destruída. O governador compareceu aqui, na semana passada, de maneira vergonhosa, para apresentar um suposto pacto ou projeto pela paz. Que

paz? Se o próprio PT destruiu o nosso estado da Bahia com esses cinco mandatos consecutivos?

Os nossos jovens, inclusive os estão aqui, não têm paz, principalmente os dos bairros mais carentes, não têm paz! São ameaçados cotidianamente pelas facções criminosas. E quem abriu as portas para as facções criminosas aqui na Bahia, senão o PT? Foi durante as gestões do PT, por cinco mandatos consecutivos, que a criminalidade cresceu aqui na Bahia.

Nós temos violência, fome, facções criminosas, desemprego. O povo aqui na Bahia vive mais na dependência do Bolsa Família, sim, do que da carteira assinada.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

O povo quer trabalhar, o povo não quer viver de migalhas. Mas assim como o Lula, que sempre falta com a verdade, todo petista sobe aqui para tentar enganar o povo, mas nós estamos aqui para fortalecer e reafirmar a verdade. Eu quero parabenizar o meu colega, deputado Samuel Junior, pela fala dele.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Presidente, para finalizar, quero parabenizar aqui o deputado Samuel Junior. De fato, o Deus do Lula não é o mesmo dos cristãos, não é o mesmo do Malafaia. O Deus do Lula é o Satanás, porque Lula é o representante do Satanás, neste país e neste mundo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Abre mão?

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pablo Roberto.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos os presentes nesta Casa no dia de hoje, a imprensa, servidores, nobres colegas deputados, todos que nos acompanham pela *TV ALBA*.

Sr. Presidente, não é só o Brasil que é pentacampeão de futebol, não, a Bahia conseguiu mais uma estrela como pentacampeã, pelo 5º ano consecutivo, em matéria de segurança pública. É o estado com mais assassinatos do Brasil, segundo dados divulgados pelo Monitor da Violência. Já virou figurinha carimbada todos os dias trazer uma novidade do fracasso da segurança pública deste estado.

Como eu disse, fracasso que tem as digitais totais do PT, que tem uma linha de governo que sustenta a irresponsabilidade e é cúmplice, sim, cúmplice, pelo menos

indiretamente, dessa onda de criminalidade que assola o nosso estado, do crime organizado que comanda a Bahia, eu posso dizer isso.

Para completar, os dados dizem que, em 2023, ocorreram 4.848 homicídios, o que representa quase 13%, curiosamente 13. Não é à toa, não é coincidência, 13% das mortes violentas em todo o Brasil. Que vergonha! Esse é o governo do amor! Que saudade do tempo do ódio, não é? Porque o amor está saindo caro demais.

Quero lembrar, presidente, que a Bahia tem 11 das 20 cidades mais violentas do Brasil. Se você pegar o recorte das 10 cidades, 5 são as mais violentas. Se pegar o recorte das 15 cidades, 9 são as mais violentas. Essa é a marca PT de governar!

Agora vem mais um engodo: o governador apresentou aqui mais um programa, na última quinta-feira. Mais um elefante branco para resolver o problema da segurança. Ou poderia dizer um elefante vermelho, não é? O chamado Bahia pela Paz. Sabe o que é o Bahia pela Paz? É o Pacto pela Vida 2.0, que a gente já sabe como terminou isso. Em fracasso! Em uma escalada de insegurança! O que prevê o Bahia pela Paz é o mesmo que prevê o Pacto pela Vida, só mudou a publicidade, só mudou o marketing! É isso que o PT sabe fazer de melhor!

Não é à toa que se você pegar os cálculos dos últimos anos, vai ver que, proporcionalmente, foi investido muito mais em publicidade do que em segurança pública. Porque é um governo que acha que vai resolver o problema da segurança com outdoors, com peças publicitárias vitimistas e bonitinhas, pintando fachada de bases comunitárias. A visão deles sempre foi pela via de jogar a responsabilidade de um no colo do outro.

É o que está nessa porcaria, porque a palavra é essa, nesse lixo de projeto, que é o PL nº 25.233/2024, que prevê esse engodo chamado Bahia pela Paz, que é a Bahia pela guerra, porque a gente vai sair do Iraque e vai virar Somália. Essa é a realidade!

O que esse projeto prevê? Como sempre, textos e mais textos, linhas e mais linhas, saindo de lugar algum para chegar a lugar nenhum. Quando se olha qual é o cerne da questão, é a criação de câmaras que vão fazer a chamada intersetorialidade, vai juntar diversas pastas para cuidar do problema da segurança pública, que ele deu o nome de... sei lá qual.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Para concluir, presidente, o que a gente já vê no governo do PT é o quê? É a chamada transversalidade, que é pegar a responsabilidade de um, passar para o colo do outro e assim sucessivamente e não resolver nada. É por isso que a Bahia era um dos sete estados mais seguros do Brasil, antes do PT assumir, em 2006, e hoje é o estado mais inseguro, porque o PT é conivente com a criminalidade e com essa onda de violência que está no nosso estado.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Niltinho.
(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu sei que todos os deputados já falaram, mas venho a esta Casa porque quero deixar aqui a minha insatisfação com o prefeito da minha cidade vizinha, Brumado. Sandro Régis, ele é um senhor de idade que teve quatro mandatos e fica o tempo todo esculhambando os deputados, dizendo que estão vendidos, fica esculhambando o governador. Uma pessoa dessa que teve o apoio da população para ser prefeito daquela cidade por quatro vezes, uma cidade importante do Sudoeste e fica aí falando porque as pessoas não querem fazer o que ele quer.

Ele coloca os candidatos e a população não vota, então ele fica denegrindo a nossa imagem de deputados, dizendo que os deputados são vendidos ao governador, que os deputados são capachos do governador. E eu queria dizer àquele prefeito que nós, deputados, somos eleitos pelo povo e não devemos nada àquele senhor. Todos vamos ficar velhos, mas eu não sei se é por causa da idade que ele anda falando muitas asneiras, muitas besteiras, e com isso deixando o eleitorado do município insatisfeito.

Ele foi prefeito por quatro vezes e vai sair do município como o pior prefeito da história de Brumado. Um prefeito que não atende a sua população, um prefeito mal-educado, um prefeito a quem as pessoas procuram para tratar de interesses de suas comunidades e ele não as recebe. E fica insatisfeito com todos os deputados, achando que nós tínhamos de ajudá-lo em seu mandato.

O presidente da Casa colocou uma nota nos jornais dizendo que vai entrar com um processo contra aquele prefeito, mas eu não vou fazer isso, nobre presidente. Eu sou vizinho dele, todos os dias encontro esse prefeito. Eu vou fazer igual ao que Jonga Bacelar fez, vou olhar no olho dele e dizer: “Olha, o senhor pode até falar mal daqueles que ajudou a eleger, mas os votos que eu tenho em Brumado são votos de trabalho, votos das pessoas que confiam no deputado Marquinho Viana”.

Nobre presidente, eu não preciso me rebaixar a ninguém, tampouco àquele prefeito. Acho que ele está tomando o Gardenal de menos, então ele não está muito bem da saúde, sem contar a idade dele. Anda falando mal das pessoas que ele não conhece.

Eu queria parabenizar o presidente, que vai entrar com uma ação e a deputada Fabíola, que também vai entrar com um processo contra ele, mas eu não vou entrar, não. Eu vou olhar mesmo no olho dele, vou olhar para a cara dele e dizer: “Se tem coragem, fala...” Não vou bater nele, não, porque eu não vou bater em idoso, mas quero dizer a ele que eu não sou capacho dele e não sou nenhum apadrinhado por ele, e ele vai ouvir.

Então, nobre presidente, obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, no restaurante e em outras dependências desta Casa, convido todos para virem ao Plenário, porque hoje nós temos a votação da PEC aqui na Casa que requer

maioria de 38 votos. Já estamos terminando o Pequeno Expediente, se for possível, eu peço a todos os deputados para se dirigirem a este Plenário.

Deputados, eu peço 1 minuto de atenção ao deputado Alex, ao deputado Hilton, ao deputado Marquinho, ao deputado Luciano, ao deputado Tiago, a todos os deputados.

Nós vimos pela imprensa um prefeito agredindo, de uma vez só, caluniando, de uma vez só, todos os 63 deputados desta Casa. Infelizmente, ele está ocupando o cargo de prefeito, mas nós estamos numa democracia e o povo escolhe quem quiser para governar a cidade.

Eu não posso mandar em nenhum colega, mas eu acredito que todos nós, 63 deputados, deveríamos processá-lo para que ele pague na Justiça. Mesmo com a Justiça que nós temos no nosso país, eu acredito que, mais cedo ou mais tarde, ele ia ter as consequências.

Deputado Alan, deputado Penalva, deputado Sandro, eu já chamei o nosso departamento jurídico, pois eu acho que é um assunto da maior gravidade, pelo menos para mim, porque eu acredito que não tem agressão maior do que ser chamado de vendido. Então eu acredito que se um prefeito diz que todos os deputados desta Casa são vendidos ao governador é de uma gravidade total, pelo menos para mim.

Eu vou entrar com um processo pela Casa e acredito que todos os deputados que se acharem ofendidos devem assinar quando esse documento estiver pronto. Para quem não se achou ofendido com tamanha agressão, é um problema individual, é com cada um. Essa é a proposta que nós estamos discutindo, eu já estive hoje com o procurador da Casa, para que o prefeito tenha o mínimo de responsabilidade e pelo menos seja processado pela totalidade ou pela maioria desta Casa.

Eu espero até que ele não venha visitar a Assembleia tão cedo, é o que eu espero. Eu acredito que ele não vai ter essa coragem, ter a coragem de visitar esta Casa, apesar de aqui ser a Casa do Povo.

Para continuar o Pequeno Expediente, o próximo orador será o deputado Alan Sanches.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alan vai para o Grande Expediente?

Deputado Rosemberg, vai logo? Com a palavra o deputado líder Rosemberg Pinto.

O Sr. Robinho: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não...

O Sr. Robinho: Presidente, se os colegas concordarem, é claro, eu queria propor, com relação ao prefeito de Brumado, que ele viesse aqui e falasse naquele microfone que talvez, pela idade, ele se confundiu e pedisse desculpas a todos nós. Eu acho que nós poderíamos dar essa clemência para ele. Pela idade dele, ele merece isso.

É uma proposta que eu faço para a Casa. Cabe aos colegas saberem se vão concordar ou não. Está colocada uma opinião, uma sugestão, com relação ao prefeito

de Brumado. Talvez, pela idade, eu acho que ele está cometendo alguns equívocos. Eu não sei se está com Alzheimer ou alguma coisa assim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, porque eu acredito que ele iria sujar este Plenário, mesmo com a idade. Então não concordo, mesmo respeitando a sua opinião, meu colega, deputado Robinho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidoras, servidores, visitantes. Presidente, eu acho que essa questão do prefeito de Brumado precisa ter uma medida mais eficaz e mais dura com relação a essa posição que ele fez publicamente. São essas manifestações que acabam trazendo a política a um processo de descrédito muito grande. Quando eu falo da política eu falo também dos atores da política e dos representantes que são eleitos pela população.

É lamentável! Fiz questão de me manifestar, pois eu tenho uma posição de tratar os deputados com o maior respeito possível, independentemente se são da Base do Governo ou se são da Oposição, porque se nós não garantirmos o respeito entre os nossos pares estamos sujeitos a posições como essa do prefeito de Brumado. Deputado Manuel Rocha, talvez, num momento de insanidade, esse prefeito tomou uma posição de dizer que todos os deputados não trabalham e são vendidos, ele não excluiu sequer o deputado em quem ele votou.

Ontem, eu disse publicamente que o desafio e, inclusive, disse, em defesa do deputado em quem ele votou e de todos os outros, eu disse que esta Casa trabalha e trabalha muito. As pessoas aqui disputam ideias e votam de acordo com a suas posições.

Se ele acha que o questionamento que, às vezes, corretamente, um ou outro faz em relação às emendas... isso não é nenhum tipo de pagamento de nada, é um direito dos deputados. As emendas são regulamentadas por lei. Presidente, nós precisamos autorizar de forma unânime que a Casa Legislativa o acione juridicamente, para que ele venha provar essa posição que ele colocou em relação aos deputados daqui serem venais e receberem pagamento pelas suas votações.

Então eu faço questão de ressaltar essa posição aqui, dialogando com V. Ex.^a, porque nós não podemos permitir que a Casa Legislativa seja tratada dessa maneira. Excluo a sua posição de prefeito, falo da pessoa investida de prefeito, porque não é essa a posição dos prefeitos do estado da Bahia.

Por último, presidente, deixo aqui uma posição, porque nós ontem nos reunimos, eu, o deputado Alan e V. Ex.^a. Eu já havia afirmado publicamente aqui com relação à votação da PEC nº 172/2023, que permite a reeleição dentro da mesma legislatura, e foi esta a minha posição...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ainda hoje debati com o meu partido para que nós, obviamente, votássemos de forma unânime, para ajustar essa posição ao que hoje diz o Supremo Tribunal Federal em relação à tese da reeleição dentro da mesma legislatura.

Como V. Ex.^a bem disse...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) na nota proferida, se não houver regulamentação pelo Congresso Nacional, isso não significa efetivamente e automaticamente um terceiro mandato de qualquer um. Então nós estamos com muita tranquilidade aqui para que possamos aprovar esse projeto por unanimidade, na minha opinião, se assim desejarem todos os deputados.

Falei com o deputado Alan que hoje vou encaminhar uma urgência para a votação de um empréstimo que está aqui. Queria pedir também a V. Ex.^a que, se pudermos, votemos o projeto de iniciativa do Ministério Público, de criação do fundo do Ministério Público para que ele possa criar um local específico de investimentos, principalmente na área social, em caso de multas e em situações fora do Orçamento do Ministério Público.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, eu estou aqui observando o nosso Plenário, já que hoje nós teremos nesta Casa uma votação importante de PEC, deputado Alan.

E eu aqui não enxergo o Plenário já com diversos deputados, com diversas representações partidárias, Sr. Presidente. Queria até que V. Ex.^a me esclarecesse, não sei se V. Ex.^a pode me fazer esse esclarecimento, mas eu não vejo um deputado do PT aqui no Plenário. O deputado Rosemberg é o líder do Governo, então ele representa todo o Governo. Sr. Presidente, o PT está contra a PEC da reeleição? Porque eu não vejo nenhum deputado do PT hoje aqui no Plenário. Isso é um boicote à PEC da reeleição? Gostaria de saber de V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. Como Rosemberg acabou de falar, está terminando o Pequeno Expediente e os deputados costumam chegar a partir de agora.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. Sandro Régis: Mas todos do PT, Sr. Presidente?

O Sr. Rosemberg Pinto: Deputado Sandro, eu falo aqui pela Maioria e a deputada Fátima fala pelo Partido dos Trabalhadores. Mas hoje eu fui à reunião do Partido dos Trabalhadores e a unanimidade da bancada foi no sentido de votar favoravelmente ao projeto. Aqui tem o Pequeno Expediente, tem o Grande Expediente e ainda tem as falas partidárias, ou seja, nós temos ainda 1 hora e 30 minutos de debate. Então, não justifica, deputado Sandro, a sua fala aqui, porque os deputados ainda... e não temos nenhum acordo para votar, imediatamente, depois do Pequeno Expediente.

Então é uma indelicadeza, na minha opinião, questionar a ausência de qualquer deputado neste momento no Plenário.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan Sanches, no Grande Expediente.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, quero saudar todos vocês.

Não foi nenhuma indelicadeza do deputado Sandro, porque o que eu vejo é que, sempre, uma das primeiras pessoas a chegar aqui é meu amigo e meu parceiro Robinson Almeida, líder da federação, que sempre está presente. No entanto, hoje, ele não chegou. E, também, toda essa primeira fileira é composta, normalmente, por membros do Partido dos Trabalhadores. Também, não vejo. Então eu acho que foi uma observação até sensata do deputado Sandro Régis. O vice-presidente Zé, sempre, está aqui para abrir as sessões.

Mas vamos lá. Tenho certeza de que, hoje, é o sentimento da Casa.

Mas, Sr. Presidente, este mês foi inaugurado o Hospital Ortopédico da Bahia, o maior hospital ortopédico público de toda a América Latina com 212 leitos. Deputada Fabíola, são 30 leitos de UTI. Se você fizer a subtração, você vai ter 182 leitos para o tratamento clínico ou cirúrgico-ortopédico. Eu não estou falando sobre a especificação do hospital, os equipamentos, a modernidade. A gente precisa falar de leitos. Então, estamos falando de 182 leitos.

Na semana passada, neste Plenário, os deputados Rosemberg e Alex da Piatã, esse último presidente da Comissão de saúde... As notas taquigráficas podem confirmar isso. Quando eu solicitei uma visita ao Hospital Manoel Victorino, os dois se arvoraram a dizer que: “Não. O Hospital Manoel Victorino vai fechar.”

Pronto. Nós temos 100 leitos no Hospital Manoel Victorino. Quanto ao Hospital Manoel Victorino, a gente pode, até hoje, chamar de “Hospital Ortopédico Manoel Victorino”, porque, ali, só são realizadas cirurgias ortopédicas e, entendam, trauma e ortopedia, a mesma especialidade. São 100 leitos de ortopedia no Hospital Manoel Victorino. Para ser mais exato, seriam 104.

Se nós tirarmos 182 leitos e nós diminuirmos os 100 que estão sendo retirados do Hospital Manoel Victorino, a gente vai ter, apenas, nessa grandiosidade do hospital e dessa publicidade que foi dada ao Hospital Ortopédico da Bahia, o acréscimo de 82 leitos.

Mas, vejam, qual é o problema que a Sesab saiu com uma nota? Inclusive, eu, sempre, digo, fazendo um parêntese, que quando você perde, digamos assim, a informação, quando você não tem o que debater, você vai para a agressividade.

A nota já começa a dizer que eu... Melhor, a nota me acusa de eu levar desinformação. Aí, pronto! Vamos continuar lendo a nota da Sesab. Quando chega ali, ela diz o seguinte: “Estaremos transferindo todos os 100 pacientes que tiverem para fazer o tratamento no Hospital Ortopédico da Bahia. E, aqui, no Hospital Manoel Victorino, faremos cirurgia vascular e mais qualquer coisa. Mas não será mais de ortopedia.”

O que eu disse? O hospital, fechando ou não, está fechando os leitos de ortopedia. A gente está falando no maior índice solicitado na Regulação que são os

traumas e a ortopedia. Então, na nota em que eles me acusam, eles acabam respondendo ao que eu falei. Só serão acrescentados 82 leitos ofertados para nossa população.

Mas quando eu digo que é por isso que a Regulação não tem funcionado é porque, amigos, amigas, a Regulação precisa de leitos. O paciente tem de estar no leito, tem de se deitar no leito, como a gente diz. Então, não adianta você criar leito com uma mão e tirar o leito com a outra. Se nós precisamos de leitos para regular os pacientes de ortopedia e traumatologia, você, jamais, jamais, em tempo algum, deveria fechar um hospital ortopédico como o Hospital Manoel Victorino.

Eu concordo que é um hospital antigo. Antigo é diferente de velho. Antigo é que tem condições de estar trabalhando, como até hoje está. Velho é aquilo que já está com dificuldade. Mas o antigo é um velho com condição de uso.

Mas, amigos, há um tempo, 3 anos, o Hospital Especializado Octávio Mangabeira, da mesma forma, foi fechado. Cadê os leitos? A gente está com essa crise de influenza, essa gripe, contaminando todos nós. Onde estão os leitos do Hospital Especializado Octávio Mangabeira? De lá para cá, são 3 anos. E o hospital não abre os leitos.

O Sr. Eduardo Alencar: Deputado, deputado, deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Dou um aparte ao deputado Eduardo Alencar.

O Sr. Eduardo Alencar: Meu caro amigo e deputado Alan Sanches, eu sei da sua preocupação como ortopedista. Mas, em qualquer discussão, era importante que V. Ex.^a tivesse participado na segunda-feira passada de uma reunião que nós tivemos, lá, no hospital de ortopedia, porque este é um projeto importante. Eu tenho a seguinte convicção. Se não vai zerar a lista da Regulação de ortopedia, vai dar um avanço muito grande, mesmo desmobilizando os leitos de ortopedia que têm no Hospital Manoel Victorino.

Então, era importante fazermos a reunião com o presidente da Comissão de Saúde, Alex da Piatã. Nós devemos discutir os problemas lá para não começar, no início do funcionamento do hospital, a descaracterizar o entendimento, o objetivo e a forma com que eles estão planejando trabalhar os pacientes de ortopedia da Bahia.

Então, era importante essa reunião com a secretária da Saúde e com a direção do hospital para conhecer o projeto. Nós devemos esperar ou dar um tempo para ele continuar trabalhando para ver se vai acontecer, realmente, o que eles planejaram.

Então, isso era muito importante neste momento.

O Sr. ALAN SANCHES: Que teve? A visita que teve?

O Sr. Eduardo Alencar: Teve essa visita... Já que V. Ex.^a não pôde ir no dia, porque estava ocupado, então, era importante marcar uma outra visita, Alex, para levá-lo ao hospital, a fim de lhe apresentar todo o projeto de execução do contrato que ele fez, que é com o estado. Aí, começaremos, aqui, a discutir, a fiscalizar e a criticar, se for o caso necessário.

O Sr. ALAN SANCHES: Incorporo, em parte, o aparte de V. Ex.^a.

Bem, tenho respeito, admiração e um carinho imenso por V. Ex.^a e, também, por seu irmão. Seu filho foi meu residente no Hospital Santa Izabel. Mas a gente precisa analisar um pouquinho, deputado Eduardo Alencar, e um pouco mais a fundo.

Eu entrego, para V. Ex.^a, agora, o Hospital Metropolitano. Amigos e amigas, eu quero convidar os antigos e atual presidentes da Comissão de Saúde desta Casa para a gente poder visitar os 220 leitos existentes no Hospital Metropolitano. Vamos ver o funcionamento do Hospital Metropolitano.

Eu não quero, de forma nenhuma, deputado, ser leviano. Mas as informações que chegam a mim são as piores possíveis, pois elas se referem a um equipamento daquele belíssimo, o Hospital Metropolitano, que podia estar, ali, pujante, atendendo a toda nossa Bahia. Mas não está. Não está por quê? Por falta de gestão, deputado Eduardo Alencar. O que está faltando não é boa intenção, não. O que falta é gestão. E está mostrando, mais uma vez, que não tem gestão.

Como, em 3 anos, não se reabre o Hospital Especializado Octávio Mangabeira? Como um equipamento gigantesco, como o Hospital Metropolitano, vive quase às moscas? Eu digo que o Hospital Metropolitano está subutilizado. Eu já falei isso algumas vezes. Ele teve as suas cirurgias suspensas por falta de pagamento aos médicos.

Como não tem uma gestão, para ter o mínimo, que é o pagamento do salário daquele que trabalha, que trabalhou? Quem conduz o hospital? Se você não paga aos médicos, o hospital vai parar. E, com isso, vai toda a categoria da saúde, pois há o enfermeiro, a assistente, o maqueiro e todo o resto.

O que está faltando na Secretaria da Saúde é gestão.

Nós precisamos aumentar a oferta. Além da qualidade que vem magnífica no Hospital Ortopédico da Bahia, nós temos de aumentar a oferta de leitos, porque quando a gente precisa de leito, tem um hospital que, hoje, funciona, ninguém veio falar aqui que o Hospital Manoel Victorino não podia estar funcionando e, hoje, está funcionando.

Deputado Eduardo Alencar, como, numa crise dessa, não digo V. Ex.^a, mas a Sesab decide retirar os leitos da ortopedia? Então, ela não está criando nada, ela, apenas, aumentou um pouquinho o acesso e a capacidade de leitos com Hospital Ortopédico da Bahia.

O Sr. Eduardo Alencar: Um aparte.

O Sr. ALAN SANCHES: Regimentalmente, eu não posso dar um aparte a V. Ex.^a, porque V. Ex.^a só teria direito a um aparte na minha fala. Mas, posteriormente, eu falarei isso com V. Ex.^a.

Mas, veja bem, quando a gente diz isso, queridos amigos, o que a gente quer é alertar. O Hospital Metropolitano poderia estar da mesma forma que nasce o Hospital Ortopédico da Bahia. Mas você já nascer matando um outro irmão, você retira o Hospital Manoel Victorino do circuito. Isso não tem sentido. Isso não cai na minha cabeça.

Para V. Ex.^{as} terem ideia, todos os dias, de segunda a segunda, a tela da Regulação de Salvador, das UPAs e das unidades de emergência aparece 300

pacientes pedindo atendimento em Salvador. Não digo isso me referindo só a Salvador.

V. Ex.^{as} sabem disso. O deputado Niltinho sabe que muitos pacientes vêm das UPAs de Madre de Deus. Deputado Rogério Andrade, V. Ex.^a sabe que, também, há muitos pacientes da região de Elísio Medrado e Santo Antônio de Jesus. Nós sabemos que se encontram nas UPAs daqui. O deputado Penalva, também, vem lá de Esplanada. Então, nós sabemos que os leitos das UPAs estão ocupados não apenas por moradores de Salvador, deputado Niltinho, mas de toda a Bahia.

Pasmem, todos os dias são 300 pacientes na tela esperando regulação. Se você pega... você tinha a possibilidade de ofertar 212 e você começa a ofertar, apenas, 82, essa matemática não fecha, essa matemática não vai conseguir andar.

Agora, ao invés de a Sesab vir me agredir, como deputado, porque eu trouxe uma verdade que ela confirma, ela confirma que os leitos estão sendo retirados, os leitos ortopédicos serão retirados do Hospital Manoel Victorino. Então, acaba confirmando a minha tese de que, apenas, serão ofertados 82 leitos.

Agora, de que forma esses pacientes chegarão ao Hospital Ortopédico da Bahia? V. Ex.^{as} sabem, deputado Robinho, que eu exerço, ainda, a minha profissão de médico. Sou ortopedista. Vocês não imaginam. Só na semana passada, deputado Adolfo Menezes, a quantidade de pacientes que já me procuraram, porque a publicidade foi enorme para operar, fazer as velhas cirurgias de joelho, que eu tanto falo, as próteses de joelho, as lesões de ligamento de joelho, as próteses de quadril, quantas e quantas...

E qual é o caminho? Como a gente vai saber?

Dessa forma, eu estou encaminhando um ofício ao Ministério Público para a gente poder entender como real e oficialmente...

Continuo fazendo o convite ao deputado Alex da Piatã, como presidente da Comissão de Saúde, ao deputado Eduardo Alencar e a todos os que fazem parte da Comissão de Saúde para a gente ir ao Hospital Metropolitano para resolver isso.

Se eu estiver errado, tenham a certeza de que eu serei o primeiro a me render.

Mas, ao invés de a gente, apenas, ver um equipamento lindo e belíssimo, que eu não discordo que vai ajudar demais a saúde da Bahia, mas não é isso que eu quero ver. O que eu quero ver é o que não funciona...

O Sr. Alex da Piatã: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: (...) para que a gente possa ajudar a população que tanto precisa.

Amigos e amigas, são tantas pessoas, tantos pacientes precisando de cirurgia, precisando ser regulados. E a gente não vê uma luz ao fim do túnel com relação à Regulação e à Sesab.

Com a palavra, para um aparte, o deputado Alex da Piatã.

O Sr. Alex da Piatã: Deputado Alan, só esclarecendo para V. Ex.^a. Eu sei do seu conhecimento na área da saúde pelo seu ofício como médico e como conhecedor. Mas, primeiro, a conta matemática que V. Ex.^a faz de que está desativando cento e

poucos leitos e abrindo, no Hospital Ortopédico da Bahia, duzentos e poucos, e aumenta apenas 80 leitos, essa conta está totalmente equivocada, deputado Alan, porque tem de se levar em consideração a produtividade desse novo equipamento, porque não é o mesmo equipamento do Hospital Manoel Victorino.

Se V. Ex.^a tivesse ido conosco lá ou quiser ir qualquer dia, o senhor verá que, lá, esse equipamento está munido com a alta tecnologia do mundo. Então, a produtividade desses duzentos e poucos leitos é muito mais infinitamente maior do que é no equipamento mais antigo, que não tem a mesma tecnologia, como não tem o mesmo know-how de gestão que tem o Hospital Israelita Albert Einstein. Então, eu quero que V. Ex.^a leve em consideração essas duas coisas. Não é uma matemática simples. Entendeu, deputado Alan?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A outra questão é em relação à Regulação. Isso já foi deixado bem claro. E, aí, eu respondo a V. Ex.^a. O caminho vai ser: o que está na fila do Hospital Manoel Victorino vai ser 100% transferido para o Hospital Ortopédico da Bahia. E os novos pacientes vão entrar na lista única do SUS, no estado da Bahia, que é feita em todos os municípios.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, o caminho, a porta de entrada é a lista única.

Obrigado, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado.

O Sr. Tiago Correia: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: Um aparte ao deputado o Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Alan, são muito pertinentes as informações que V. Ex.^a traz a esta Casa.

Nós ficamos muito preocupados com a reação do governo aos dados que V. Ex.^a apresenta, pois são matemáticos. Disso não há dúvidas. Mas ficamos muito mais preocupados com as diversas ações deste governo que, muitas vezes, anuncia investimentos milionários nas áreas de educação e segurança.

E o que nós vemos são os números cada vez piorando. Isso mostra, totalmente, que esses recursos estão sendo jogados fora, estão sendo mal administrados, estão indo pelo ralo. Afinal de contas, são milhões e milhões de investimentos anunciados na segurança, são milhões e milhões de investimentos anunciados na educação. E os dados e os números só pioram.

Então, realmente, talvez, haja até um ato de improbidade administrativa.

Mas ficamos ainda mais preocupados quando informações como essa de que os leitos, a serem inaugurados, agora, funcionarão de maneira plena e efetiva, totalizando 100% dos leitos.

Então, isso quer dizer que poderíamos pegar todos os leitos existentes na Bahia e dar um desconto de 20%, 30% e 40% por conta da ineficiência do serviço prestado a esses leitos já existentes? Isso é muito preocupante.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, realmente, é um debate que deve ser trazido a esta Casa.

É preciso fazer um pente fino na saúde do nosso estado, porque, na verdade, nós vemos, cada vez mais, pessoas morrendo na fila da Regulação.

O Sr. ALAN SANCHES: Incorporo o aparte de V. Ex.^a, deputado Tiago, ao nosso pronunciamento. Obrigado, Tiago.

Deputado Alex da Piatã, eu não posso concordar com V. Ex.^a. É matemática. Regulação é leito. Nós precisamos de leito para o doente se deitar! Quando V. Ex.^a trata da qualidade do hospital, eu não tenho dúvida. Mas o que roda leito é equipe médica!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Está aí o deputado Eduardo Alencar que trabalhou muito na ortopedia.

O que roda leito é a equipe médica! Muito menos equipamento, mas mais, muito mais, a equipe médica. Se a equipe estiver estimulada, ganhando produtividade, essa equipe produz como ninguém.

Eu trabalhei em todo o tipo de hospital como hospital de médio porte, hospital três estrelas, quatro estrelas e cinco estrelas. A produtividade é a mesma! O que roda é a equipe!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A equipe que vai rodar!

Agora, como o deputado Tiago trouxe aqui, é exatamente isso, ou seja, se o Hospital Manoel Victorino, como outros, estão realizando todo o tratamento, até hoje, de todos os baianos que precisam, se V. Ex.^a diz que esses hospitais são mambembes, então, a gente tem de acreditar que a Sesab e o governo do estado estão muito piores do que a gente pensava.

E não é assim! Não é assim, deputado Alex.

O que falta é gestão! Jamais, jamais o Hospital Manoel Victorino deveria retirar os leitos ortopédicos. O que poderia, sim, ser feito, era mudar o perfil do leito. Ou seja, faria cirurgias de médio porte, o que daria uma rotatividade maior ainda como cirurgias de antebraço, cotovelo, ombro, tornozelo, pé, mão, artroscopia, tudo isso no Hospital Manoel Victorino ficaria beleza.

Eu digo isso como ortopedista, como conhecedor, realmente, dessa área, como V. Ex.^a citou. Mas a tristeza é, sim, sobre a regulação. Veja, regulação precisa de leitos. E os leitos não estão sendo criados, estão sendo substituídos pela Sesab.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, depois de ouvir o deputado Alan, este presidente vai fazer um resumo do que eu ouvi, que é a verdade. Como presidente, não devo estar me pronunciando.

É natural que a Oposição critique e que o Governo se defenda.

Nós temos de agradecer a Deus, porque nós vemos um milagre todos os dias na Bahia e no Brasil. Não tem nenhum país do mundo com a população de mais de 200

milhões de habitantes, onde a população tem tudo, sem custo nenhum, claro, bancado com os impostos, através do SUS.

Imaginem se os governos passados não tivessem construídos 25 hospitais? São 15 milhões de baianos, deputado Alan. Eu entendo V. Ex.^a, pois é médico, um profissional respeitado e gabaritado, natural nos pronunciamentos. A gente quer, a cada dia, que a população tenha uma melhora na qualidade de vida e em todas as áreas como educação, saúde e por aí vai.

Mas é um milagre, é um milagre! Você vai a qualquer lugar desse extenso estado da Bahia, você vai a qualquer jogo de futebol com 3 mil pessoas assistindo. Para sentir um ataque cardíaco, tem UTI. Para ter um aneurisma cerebral, UTI na mesma hora. Quebrar o joelho, a operação. Mas são poucos os lugares que operam.

Os aviões estão brincando. Lá, em Campo Formoso, não sei se é porque é a terra do presidente, todos os dias desce um avião para pegar doente. E não são os meus eleitores. São os eleitores de todo mundo! Essa é a verdade. É um milagre o serviço que é prestado, claro, que nós, como representante do povo, temos de cuidar, cada vez mais, para tentar aperfeiçoar o serviço, mas é quase impossível! No Brasil, é impossível uma população de 200 e tantos milhões de habitantes ter um Sírio Libanês na mesma hora: todo mundo ser regulado em 24 ou 48 horas. Eu considero individualmente. Independente de política, eu sempre comento isso.

Para encerrar o meu pronunciamento e irmos para a votação, no último Carnaval, eu olhava de cima, Robinho, e via aquele mar de gente, 2 milhões de pessoas. Claro que tem os turistas, mas a maioria é baiana. E eu disse: “Poxa, é um milagre!” Daquelas pessoas, poucas têm seguro de saúde, pouquíssimas podem pagar um tratamento hospitalar particular e todas terão direito a UTI, a hospital.

Então, essa é uma discussão... Claro que nós vamos continuar fazendo melhorias porque é o nosso papel. Mas eu considero um milagre o que acontece na saúde pública do Brasil, principalmente, aqui, da Bahia, que tem 15 milhões de habitantes com direito a UTI e a leito hospitalar praticamente na mesma hora.

Srs. Deputados que se encontram nos seus gabinetes ou em outras dependências da Casa, nós vamos votar a PEC daqui a pouco. Então, os deputados que têm interesse em participar da votação, favor comparecer. Vou dar um dado que talvez muitos não irão gostar: nessa votação, nós saberemos quem votou contra e quem votou a favor. Então, quem estiver pensando em me trair, fica logo esperto. (Risos)

É brincadeira, Robinho, para quebrar o clima! Porque a gente sabe como é votação secreta. Alguns podem estar pensando que a votação é secreta. Estou avisando para depois não serem surpreendidos e dizerem que votaram errado, hein? Então, a votação vai ser no painel: sim e não. Cuidado para não dizer... As máquinas estão todas perfeitas.

Horário da Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Presidente, eu quero que garanta a inclusão da minha fala sobre a PEC nº 172/2023, porque eu vou votar contra. Declaro logo, aqui,

o meu voto. Acho que V. Ex.^a está se traindo em relação a essa PEC, mas vou falar a minha defesa contrária no tempo devido.

Ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, primeiro para falar sobre o processo de mobilização do qual, mais uma vez, participei hoje pela manhã. As educadoras do município de Salvador foram às ruas para negar a proposta absurda do prefeito Bruno Reis. Veja, são mais de 60% de defasagem salarial na educação municipal de Salvador e o prefeito simplesmente diz que vai fazer um repasse de pouco mais de 3%, que foi o reajuste do Fundeb. Só que o reajuste do Fundeb, no ano passado, foi de 15%! Por que o prefeito Bruno Reis não adotou essa referência? No ano passado, ele arrochou os salários das educadoras e dos educadores, desrespeitando flagrantemente o piso da educação, como faz também com o da enfermagem, dos agentes de saúde e de combate às endemias, desrespeitando o conjunto do funcionalismo.

Infelizmente, Sr. Presidente, nós temos que ocupar esta tribuna para falar que essa conduta antisserviço público está espelhada também nas declarações feitas, hoje, pelo ministro da Casa Civil, o Sr. Rui Costa. Um discurso antisserviço público de desrespeito àqueles que muitas vezes sacrificaram a sua vida e a vida dos seus familiares para garantir o combate à pandemia. Onde estão os guerreiros e as guerreiras da saúde e dos outros setores do serviço público que permaneceram funcionando para fazer o enfrentamento?

O ex-governador da Bahia disse que o servidor público tende à inércia e que precisa funcionar com chute nos calcanhares. Eu quero saber se ele está chutando o calcanhar do governador do estado que é servidor público também! O governador Jerônimo está funcionando com chute no calcanhar? Porque ele é servidor público também!

Então, acho que o problema do serviço público é o inverso do que tem defendido o servidor público de carreira, que é contra o nepotismo, que é contra o beneficiamento, que é contra os processos de privatização. Tudo isso que nós vimos nas gestões de Rui Costa. Aliás, quem tem autoridade para falar de serviço público que não funciona e vem aqui defender o nome da própria esposa para um cargo vitalício no Tribunal de Contas?

Então, o atual ministro da Casa Civil deveria olhar para o próprio umbigo na hora de criticar os servidores de carreira, que precisam ter as suas carreiras respeitadas! É preciso acabar com o subfinanciamento do serviço público e, principalmente, é preciso democratizá-lo. Mas, com a condução de ministros como esse, o governo de Lula só vai quebrar pontes com quem teve um papel fundamental ao dizer que a extrema direita queria destroçar o serviço público para negar todos os direitos à classe trabalhadora, que é a grande maioria do país hoje.

O que o ministro Rui Costa faz é simplesmente dar as costas àqueles que estavam defendendo um estado que tem a musculatura para responder aos direitos do nosso povo. Porque não existe... O próprio presidente fez a declaração há pouco. O que é o direito à saúde sem o Sistema Único de Saúde? Nunca existiria! Não existe efetivação de direitos sem uma máquina pública que seja robusta. E tudo que o ex-governador Rui Costa fez, neste estado da Bahia, foi sabotar a máquina pública e fortalecer a privatização, e agora tenta levar esse exemplo para o país.

Portanto, ministro, dobre a língua na hora de falar da dignidade dos servidores públicos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) porque eles têm, sim, dignidade para afirmar os grandes interesses do nosso povo, e, infelizmente, a sua trajetória não credencia V. Ex.^a a falar o mesmo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, quanto tempo?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Cinco.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para cada um.

O Sr. Rosemberg Pinto: Ah, 5 minutos para cada um.

Então, 5 minutos para a deputada Olívia e 5 minutos para o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Para iniciar, a deputada Olívia.

O Sr. Robinho: Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desistiu, deputada?

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas nesta Casa, nunca vi esta Casa tão cheia como hoje. Quero saudar também a bancada de jornalistas, os visitantes, as servidoras e os servidores. Presidente, quero dizer que nós temos uma... Em primeiro lugar, quero destacar a realização da nossa reunião da Comissão de Educação na manhã de hoje que, além de termos uma reunião concorrida com o quórum, um grande quórum de deputados e deputadas, recebeu os professores concursados e concursadas que lutam pela prorrogação do último concurso realizado pelo nosso governo do estado. O governo já chamou todos os professores, exceto o cadastro de reserva. E há historicamente, presidente, uma prática do governo do estado e da Secretaria de Educação de chamar todo o cadastro de reserva. Portanto, há essa expectativa por parte das professoras e dos professores que fizeram o concurso, foram aprovados e classificados em serem chamados e chamadas também.

Essa presença dos profissionais concursados é fundamental para garantir o desenvolvimento da carreira, da estabilidade, de um corpo de educadoras e educadores consolidado, formado, bem selecionado para melhor atender ao projeto educacional no estado da Bahia e assim combater a terceirização, a contratação precária através do Reda.

Portanto, nós somos favoráveis, defendemos. Todos os deputados presentes na Comissão de Educação se colocaram favoravelmente ao pedido à nossa querida secretária Adélia Pinheiro e ao governador Jerônimo Rodrigues, em relação ao

chamado desses professores do cadastro de reserva. Essa é a nossa expectativa, presidente.

A presença também dos membros conselheiros e conselheiras, dos usuários da Defensoria Pública que aqui estiveram pedindo o apoio da nossa comissão para a garantia do chamado de defensoras e defensores que foram aprovados e estão no cadastro de reserva também.

Hoje foi a manhã dos concursados e concursadas na nossa Comissão de Educação, os quais recebemos e ouvimos. Quero destacar que, embora haja reconhecidamente o esforço do governo do estado no sentido de valorizar e de investir na Defensoria Pública, nós ainda temos um longo caminho pela frente, considerando que há 200 comarcas na Bahia, Sr. Presidente, e apenas 40 delas têm a presença institucional da Defensoria Pública. Nós temos que estabelecer como meta alcançarmos, no mínimo, 50% das comarcas com a estrutura da Defensoria Pública, porque, como muito bem foi dito no debate que estabelecemos na nossa Comissão de Educação, na manhã de hoje, nós não podemos ter toda a estrutura de Justiça...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) que acusa e não termos a estrutura de defesa. Isso quebra e fragiliza a rede de justiça, de promoção de justiça. Portanto, nós precisamos garantir esse atendimento, bem como ter defensoras preparadas e defensores preparados para atender as pessoas, as mulheres que sofrem violência nos diversos municípios, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) as pessoas negras que sofrem racismo e violação de direitos, as comunidades tradicionais, ribeirinhas, de fundo e fecho de pasto. Todas essas comunidades precisam do atendimento e da presença institucional da Defensoria Pública.

É isso, Sr. Presidente. Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, deputado Eduardo, primeiro vou colocar em votação o requerimento de urgência.

(Lê) “*Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Requeiro, na forma do art. 174, inciso II do Regimento Interno, urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.201/2024, de autoria do Poder Executivo, que ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituições financeiras nacionais, com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências.’

Sala das Sessões, 19 de março de 2024.”

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com o voto contrário do deputado Hilton.

O pedido de urgência, regimentalmente, se sobrepõe a outros projetos.

Assim que o deputado Zé Raimundo fizer uso da palavra, o deputado Alan vai se pronunciar, colocarei em votação a PEC porque a Casa já tem número suficiente.

Srs. Deputados que se encontram ainda em seus gabinetes ou em outras dependências, vamos colocar em votação a PEC daqui a instantes!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente, eu utilizo este horário partidário para fazer um registro e um raciocínio lógico entre a reeleição, ou melhor, a eleição do Lula, o 8 de Janeiro e uma entrevista do general Hamilton Mourão.

A volta do Lula foi a possibilidade de nós repensarmos a democracia brasileira, repensarmos o papel das nossas instituições e, principalmente, foi a oportunidade de nós repensarmos o modelo econômico, político e social para o Brasil, para a construção de uma nação forte, mais igual, menos injusta, capaz de se impor ao mundo globalizado, mas também de construir uma rede de solidariedade e proteção para aqueles atores e grupos sociais historicamente discriminados. Contudo, logo em seguida, o Lula tomou posse e veio uma tentativa de golpe. O capitão do Exército, – que foi expulso, depois voltou, foi para reserva e que passou a vida toda no Parlamento utilizando-se dos benefícios da democracia representativa –, inconformado, tentou um golpe, o que está ainda em apuração.

O ministro Xandão, como os jornais estão aí... Alexandre de Moraes, popularmente conhecido como Xandão, está com a Polícia Federal investigando e, pelos depoimentos do comandante do Exército e do comandante da Aeronáutica, realmente o capitão tem culpa no cartório e vai ser preso. Vai ser preso!

Os indícios são claros e os depoimentos divulgados são claramente sinalizadores de que as Forças Armadas vão concordar com a prisão do capitão. A entrevista de Hamilton Mourão, general e senador, na *UOL*, foi muito clara em relação a 31 de março e é o último ponto que eu coloco aqui.

Ele dá razão ao Lula para que o Estado brasileiro e as instituições não comemorem o 31 de março de 1964 como uma data política chamada de revolução. Foi um golpe militar. A minha geração – nós que vivemos os anos 1968 e 1970 – sabe realmente o que é um governo autoritário e ditatorial.

Por isso, inclusive, Sr. Presidente, na última quinta-feira, foi uma alegria ter homenageado Olival Freire Junior, um grande cientista, dirigente do PCdoB. Ele foi a maior liderança estudantil nos anos 1970 e liderou grandes movimentos de massas e dois congressos que nós participamos: o *Congresso da Reconstrução da UNE*, em 1979, e o *Congresso Nacional pela Anistia*, realizado sob o auspício de um pastor evangélico, o nosso querido Celso Dourado, ex-diretor do Colégio 2 de Julho.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por isso, 31 de março não pode ser uma data a ser comemorada pelo Estado, porque quem está no governo é o presidente Lula, que sofreu os ataques da ditadura militar. O presidente Lula quer construir e reconstruir o Brasil com todas as denominações partidárias, com todos os grupos de pensamentos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O que está na ordem do dia é valorizar a democracia e o repúdio a todas as formas de governo ditatorial e antidemocrático. Por isso, viva a democracia! E nunca mais o Golpe Militar de 1964!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados, deputadas, pego o gancho da fala do deputado Zé Raimundo: viva à democracia! Mas democracia também é respeitar as leis, deputado Zé Raimundo. Quando eu falo em lei, inclui cumprir compromissos assumidos nesta Casa. Quando eu falo isso – quero chamar a atenção novamente dos 63 e não só dos 20 deputados da Oposição – incluo o cumprimento das emendas impositivas.

Eu quero chamar o deputado Marquinho Viana, que teve o apoio de todos nós para modificar a PEC, que já existia, do deputado Euclides. Mas passa governo, entra governo e a gente não vê, deputado José Raimundo, o compromisso firmado. Eu disse: nada contra sentar e conversar com quem quer que seja, mas não estarei mais sentando com os representantes do governo do estado enquanto eles não cumprirem o compromisso assumido nesta Casa.

Sabem do apreço, da admiração, do respeito que eu tenho pelo governador e por todos seus secretários, mas compromisso assumido é compromisso cumprido, e não é isso que está acontecendo. A gente vira o ano com o coração, deputado Cafu, cheio de esperança, mas eu não consigo mais ter essa expectativa de que vão nos pagar. Faz 15 meses já, completando 15 meses, deputado Cafu, que dizem: nós vamos pagar, nós vamos pagar. Quando tem algum projeto de muito interesse do governo do estado, aí, parece que diz, não, agora a gente vai pagar. E até hoje nada.

Eu acho que esta Casa não precisa se render a isso, esta Casa tem habilidade, esta Casa tem a anuência de todos nós, mas precisa que vocês, deputados e deputadas, se dêem o devido respeito. Nós somos deputados eleitos legitimamente, igual ao governador. Existe uma lei que precisa ser cumprida, agora a gente precisa tomar as rédeas desse compromisso. Enquanto a gente não fizer isso, deputado Leandro de Jesus, esta Casa vai continuar sendo xingada, como nós fomos achincalhados pelo prefeito de Brumado. A gente precisa se dar mais ao respeito.

E falando isso eu quero dizer, Sr. Presidente, que aquele homem não deve estar bem das faculdades mentais. Aquele senhor... Não falo pela senilidade. Minha mãe tem a cabeça boa, minha mãe tem 77 anos. V. Ex.^a, hoje, viu o próprio presidente da República, com 78 anos, correndo. Eu vi que eram 50 metros, mas estava ali correndo. Ele tem uma prótese de quadril, mas a cabeça, relativamente, também boa. E sendo assim, um homem desse... Não é a senilidade, não, na verdade é responsabilidade dele quando ele pega 63 deputados e começa a tecer esses adjetivos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) jocosos.

Mas, Sr. Presidente, eu quero agradecer a todos os deputados da nossa bancada porque estivemos juntos, rentes, e percebemos que era o momento que a Casa deveria dar o aval, porque se V. Ex.^a quiser ser candidato que possa ser candidato. Em nenhum momento, aqui, a Bancada da Oposição disse...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que V. Ex.^a é o candidato da nossa preferência. Aí é outra coisa. Mas não seria a Bancada da Oposição que iria lhe tirar, se for o desejo de V. Ex.^a, essa possibilidade! Jamais seria a Oposição que iria lhe tirar essa possibilidade de ser candidato à reeleição. E é por isso que eu encaminho o voto favorável a essa PEC quando ela começar a ser votada nesta Casa no dia de hoje.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, vamos colocar em votação o requerimento.

(Lê) “REQUERIMENTO

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os líderes dos Blocos da Maioria e Minoria parlamentar, com assento nesta Casa, vêm, na forma regimental, requerer a V. Ex.^a a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciada de logo a Proposta de Emenda Constitucional n° 172/2023, de autoria do deputado Nelson Leal, que ‘dá nova redação ao § 3º do art. 67 e ao inciso II do art. 71 da Constituição do Estado da Bahia’.

Sala de Sessões, 19 de março de 2024.”

Assinado pelo deputado Rosemberg Pinto e pelo deputado Alan Sanches.

Srs. Deputados, antes de colocar em votação, eu gostaria de deixar claro, até porque V. Ex.^{as} já sabem e têm consciência, que essa PEC, caso seja aprovada nesta tarde, é apenas uma readequação ao que existe no Brasil, hoje, na quase totalidade das assembleias.

Houve uma mudança na época do colega, o então presidente Marcelo Nilo, quando ele tentou ser presidente da Casa pela sexta vez, de autoria deste próprio deputado que vos fala, não contra o deputado Marcelo pessoalmente, porque ninguém, os colegas da época, tinha nada contra ele, mas por achar um absurdo o sexto mandato consecutivo. Por isso, esta Casa entendeu, à época, que não deveria ter reeleição.

Os tempos passaram e, hoje, se for do interesse e do entendimento desta Casa, nós voltaremos à possibilidade desta Casa ter reeleição. Não significa a eleição para outro mandato do deputado Adolfo Menezes.

Eu gostaria de deixar claro, para quem ainda não estudou, que é psicólogo, mas ainda não fez o desenho da cabeça do deputado Adolfo. Graças a Deus, eu todo dia boto meus pés no chão e só agradeço a Deus por ter chegado a onde eu cheguei, pela família que eu tenho e pelos amigos que eu tenho.

Independentemente do que haja, serei sempre grato pelo apoio de vocês e de outros deputados que estavam aqui na primeira eleição. A vida continua, ninguém é insubstituível, tudo passa, o poder passa. Tudo passa! Eu tenho plena consciência, tenho a absoluta tranquilidade, não tenho apego ao cargo. Então, aqui, todos os deputados, todos, têm o direito de pleitear, têm o direito de sonhar em ser presidente, é natural. Quem decidirá quem será o próximo presidente será a maioria desta Casa.

Então, é uma questão de entendimento de cada um dos deputados e deputadas, que são soberanos, que têm independência, para, na hora certa, daqui a 1 ano ainda, em 2025, porque este ano está apenas começando, decidir quem será o próximo presidente.

É claro que, para variar, no nosso país, e eu debito aos nossos colegas deputados federais... porque se dependesse de vontade, como tantas coisas neste país que poderiam ser diferentes, que poderia ser um país melhor, bastava a força de vontade do Congresso Nacional, a quem cabe fazer as leis ou modificá-las, para deixar muito claro quais eram as regras para as assembleias e para as câmaras de vereadores, como é para prefeito, como é para governador, como é para presidente da República.

Por que o presidente Bolsonaro não tentou o terceiro mandato? Porque a lei é clara, está na Constituição. Por que o prefeito ACM Neto, na época, não tentou o terceiro mandato? A lei é clara. Por que Rui Costa não tentou? E assim no Brasil inteiro.

Fica essa desordem, a meu ver, no Brasil, onde há presidentes de câmaras que já se elegeram oito vezes consecutivas, e antecipado. Se entra na Justiça, a Justiça não faz absolutamente nada. Na Câmara de São Paulo, a maior do Brasil, o presidente já foi eleito cinco vezes consecutivas, e a Justiça não se move. Se move de um lado, se move de outro...

Então, eu quero deixar claro que eu tenho a absoluta tranquilidade. Terei o maior prazer, não poderia ser diferente, de ter qualquer um aqui como presidente desta Casa. E eu digo sempre: não tenho problema nenhum em qualquer um ser o presidente. Só espero que me trate, no mínimo, igualmente a como eu trato a todos.

Está bem? O.k.? Vamos lá.

Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Junior Muniz: Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu gostaria de que constasse nas notas taquigráficas... Eu não percebi que o deputado Diego e o deputado Leandro votaram contra, juntamente com o deputado Hilton, a urgência do projeto do empréstimo.

O Sr. Alan Sanches: Nós também. A Oposição toda.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A Oposição toda.

O Sr. Alan Sanches: Pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Favorável, Marcinho; favorável, Junior...

O Sr. Alan Sanches: Voto contra...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. Então...

O Sr. Alan Sanches: Deputado Alan, deputado Sandro, deputado Tiago...

O Sr. Rosemberg Pinto: É melhor cada um se manifestar.

O Sr. Alan Sanches: Votamos contra a urgência do empréstimo. Na verdade, a votação da urgência passou sem a gente nem perceber.

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas já passou...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu queria uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, de qualquer maneira, foi aprovado.

O Sr. Alan Sanches: Pronto, eu quero fazer uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Pelos meus 5 minutos, eu queria contextualizar a questão de ordem da seguinte forma: passou a urgência sem a gente nem perceber. Só isso que eu quero dizer, dessa forma. Se a gente tomou bola nas costas, tudo bem, faz parte do jogo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Os alunos não estavam atentos.

O Sr. Alan Sanches: Pronto, tudo bem, eu vou ficar mais atento, então.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tranquilo, tranquilo.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria registrar os votos contrários dos deputados: Robinho, Sandro Régis, Alan Sanches, Penalva, Pablo, Leandro, Diego, Jordávio, Kátia, Luciano Simões, Marcelinho Veiga e Samuel. Todos esses votaram contra.

A gente nem soube que estava sendo votada a urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tudo bem, a gente está corrigindo agora...

O Sr. Alan Sanches: Mas faz parte, não tem problema. Já aprovaram. E a gente é contra por diversas coisas que a gente já falou. São 400 milhões! Já chegam a 4 bilhões os empréstimos. É um empréstimo a cada 2 anos que o governo tem tomado, e nós ainda não vimos, digamos assim, a transparência na aplicação desses recursos.

Então, jamais, jamais esses deputados que nós citamos aqui... Eu entendo e aceito o comportamento e o posicionamento de qualquer deputado, mas eu jamais poderia concordar, por tudo que eu tratei durante todos os meus anos aqui, nesta Casa, concordar com a falta de transparência do governo do estado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. V. Ex.^a tem toda a razão. Peço desculpas pela votação, pela rapidez, alguns deputados não perceberam.

O Sr. Robinho: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem o deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Presidente, na realidade, não foi a falta de conhecimento, não foi isso, não. Até porque não é motivo de a gente ficar chateado ou de querer questionar, porque, de qualquer maneira, se for para a votação, nós seremos voto vencido. Agora, presidente, precisa de mais clareza. Trata-se de mais um empréstimo de 400 milhões.

Estou atento aqui, presidente, e não vi, em nenhum momento, esse questionamento. Eu até conversei com o Carlinhos, e a ordem de votação não seria essa. Então, nós tomamos bola nas costas. Poderemos até ser anarquizados pela Base do Governo, que é a maioria absoluta aqui, não tenho dúvida disso, é maioria absoluta.

Eu, aproveitando a oportunidade, quero dizer mais uma vez para as pessoas, para os baianos que eu sou contra o empréstimo. Quero dizer para os baianos o seguinte: chegam a 4 bilhões os empréstimos. São 4 bilhões em empréstimos! Então, só para deixar isso bem explícito, porque daqui a pouco a Oposição ou a Base do Governo estará dizendo: os deputados...

Calma, Rosenberg!

O Sr. Rosenberg Pinto: Eu não falei nada!

O Sr. Robinho: Calma!

Os deputados da Oposição "comeram pança"! E vão ficar rindo da gente. Ninguém "comeu pança", não. Não ficou clara a posição da votação, não ficou clara. V. Ex.^a entendeu? Agora, eu tenho o consolo de dizer o seguinte: se fosse para a votação, meu líder, de qualquer maneira nós não teríamos como vencer.

Então, só para deixar claro que eu e os colegas aqui, foram citados os nomes, votamos contra mais um empréstimo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Robinho: Muito obrigado, presidente. Muito obrigado.

O Sr. Rosenberg Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado líder, Rosenberg.

O Sr. Rosenberg Pinto: Sr. Presidente, sobre essa questão, eu não faço nenhuma objeção a que, mesmo depois de votado, seja registrado o entendimento contrário dos deputados que se manifestaram aqui. Mas eu quero dizer que eu estava lá em cima quando V. Ex.^a leu o requerimento. E a ordem é essa, porque o requerimento de urgência precede às votações da Ordem do Dia, esse é o Regimento da Casa. Então, não se fez nenhum tipo de alteração na ordem de votação.

Por último, eu quero, aqui, falar, Sr. Presidente, que eu acho que está bem esclarecido sobre essa questão das votações. Acho que a gente poderia ir para os encaminhamentos. Alguns deputados aqui estão, obviamente, ansiosos para se manifestarem e têm algumas outras atividades, então acredito que podemos ir para os encaminhamentos. Aqueles que queiram se inscrever para encaminhar, mais especificamente, para esse projeto, que o façam, uma vez que as questões anteriores já foram sanadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Em discussão.

O Sr. Marcinho Oliveira: Sr. Presidente, vale salientar, aqui, o voto favorável ao requerimento de urgência do deputado Marcinho Oliveira e o do deputado Júnior Nascimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Aqui, faço registrar!

Em discussão e votação, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional nº 172/2023, do deputado Nelson Leal, que dá nova redação ao § 3º do art. 67 e ao inciso II do art. 71 da Constituição do estado da Bahia.

Para relatar a matéria, o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

(Lê) “*PARECER*

Da Comissão de Constituição e Justiça, à Proposta de Emenda à Constituição nº 172/2023, de autoria do Deputado Nelson Leal, a qual ‘dá nova redação ao § 3º do art. 67 e ao inciso II do art. 71 da Constituição do Estado da Bahia.’

Cumpre-me, por designação do excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, na forma do art. 198 da Resolução nº 1.183, de 17 de janeiro de 1985, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia, emitir parecer, no âmbito desta douta Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 172/2023. Cabe registrar que a indicação do Senhor Presidente veio a ocorrer ante a inexistência do parecer da referida Comissão aprovado no prazo regimental.

A proposição tem a autoria do eminente Deputado Nelson Leal, com apoio de outros 46 Senhores Parlamentares, e destina-se a alterar a Constituição Estadual no § 3º do art. 67 e no inciso II do art. 71, que disciplinam a possibilidade de reeleição para os membros da Mesa Diretora.

Isto porque que o atual regramento constitucional permite uma única reeleição apenas de uma legislatura para outra, impedindo que esta venha a ocorrer no segundo biênio da mesma legislatura. A PEC 172, por sua vez, ao tempo em que mantém a possibilidade de ocorrência de uma reeleição, permite, no entanto, que esta se dê também na mesma legislatura - ou seja, a única reeleição permitida poderá ocorrer na mesma legislatura ou na imediatamente subsequente, consolidando-se, desta forma, o entendimento já inscrito em diversas outras Constituições Estaduais.

A proposta não recebeu emendas de parte dos Deputados desta casa, e considerando que encontra o pleno amparo constitucional, seja quanto à legalidade material e legitimidade da apresentação, seja com relação ao mínimo de assinaturas exigido para tanto, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 19 de março de 2024.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer do nobre relator Vitor Bonfim.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Com a palavra, para encaminhar, o deputado Hilton Coelho.

O Sr. Alan Sanches: Queria encaminhar.

O Sr. Hilton Coelho: Deputados, deputadas, representantes, trabalhadores da imprensa, público que está presente na galeria.

Eu subo a esta tribuna, Sr. Presidente, para falar um pouco sobre essa emenda, sobre essa Proposta de Emenda Constitucional, que tem sido apelidada de PEC da Reeleição. Eu não adotaria esse nome. Eu acho que é uma nova PEC para afirmar um velho texto.

Nós fomos surpreendidos ontem com essa proposta, com essa ideia de que já seria votado hoje não apenas o empréstimo, possivelmente, mas também essa chamada “PEC da Reeleição”, e eu tomei um susto quando cheguei aqui no Plenário.

Fui obrigado, nesta tribuna, deputada Fabíola, deputado Marcelino Galo, a quem cumprimento pela volta a este Plenário, muita satisfação, deputado Marcelino... é... eu tive que alterar a minha fala ontem aqui para deixar evidente, desde o primeiro momento, que o nosso voto seria um voto contrário.

Eu acho que nós precisamos recuperar a memória porque a análise que nós fizemos desse texto é a de que ele é justamente uma volta a 2017. O que está se chamando de uma nova PEC, na verdade, é o retorno ao velho texto de 2017. Como assumiu muito bem aqui a autoria daquela alteração, o hoje presidente, deputado Adolfo Menezes, disse, naquele ano, qual era a intenção.

A intenção era evitar que a Presidência, por mais de uma década... Porque, nada contra o ex-deputado Marcelo Nilo, mas ele ia permanecer como presidente desta Casa por mais de 1 década, algo que chamou atenção e indignava toda a sociedade.

Eu não sonhava em ser deputado ainda, mas acompanhei, atentamente, como sociedade, como cidadão, para ver qual seria o desfecho, se a Assembleia Legislativa teria coragem de afirmar um novo texto, fazer aquela emenda constitucional e acabar com aquele verdadeiro reinado de Marcelo Nilo. E o que é que a gente percebe neste momento? Que é uma discussão com consenso nesta Casa, me surpreendeu.

Oposição e Base do Governo se unificaram aqui a ponto de o líder da Oposição me perguntar, nesta tribuna, se nós teríamos, realmente, consciência porque possivelmente o Psol apresentaria uma divergência. Eu fiz questão de, num aparte ao deputado líder da Oposição, dizer aqui: “Pode contar com o nosso voto contrário”. Então, não vai ter consenso sobre isso porque desde 2017, a meu ver, essa foi uma fórmula que deu certo.

O Psol não acompanhou, peguei aqui as duas presidências, a do deputado Nelson Leal, que teve uma posição de respeitar, de fato, a Minoria, nunca nos foi negado... Nessa tribuna, não houve forçação de barra anticonstitucional, deputado

Nelson, eu quero frisar aqui, e na gestão de V. Ex.^a houve a primeira experiência de implementação daquela emenda constitucional. E tive o prazer também de ver aqui o deputado Adolfo Menezes dar continuidade ao que ele defendeu.

Estranhou-me o deputado dizer que queria saber quem são os deputados que vão traí-lo aqui. Eu não vou trair ninguém, eu vou ser coerente com as minhas posições. A minha posição é que aprovar o retorno a 2017 é um retrocesso para esta Casa. Para mim, é uma medida absurda e é, sim, uma traição à trajetória desse presidente que fez uma defesa, a meu ver, àquela época, muito coerente, e neste momento defende a posição da mudança do texto.

Então, para nós, não há nenhuma justificativa para a sociedade que nos leve a adotar essa posição. E cada deputado, cada deputada precisa entender que quem está acompanhando dali, a imprensa que está acompanhando esta Casa, vai fazer este retorno e vai perceber, caso essa posição seja vitoriosa, vai perceber que a ALBA acertou em 2017, mas, melancolicamente, em pleno 2024, depois de esse tema ser tão tratado na suprema corte do país.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e de diversas derrotas da posição pela reeleição indiscriminada, esta Casa volta a 2017. Isso será lamentável, Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, a meu ver, aos membros da imprensa, e não contará com o voto do Psol, o meu voto será contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton, até porque o partido Psol sempre é contra tudo, é natural, com todo o respeito que eu tenho por V. Ex.^a.

Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, profissionais da imprensa, membros das galerias, hoje subo a esta tribuna, Sr. Presidente, para falar em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores. A nossa líder, a deputada Fátima Nunes, está em uma missão em Brasília e hoje, em reunião da bancada, me delegou a tarefa de externar aqui a posição do coletivo representado pelos deputados do partido: deputado Euclides Fernandes, deputado Júnior Muniz, deputado Rosemberg Pinto, deputado Marcelino Galo, deputada Neusa Cadore, deputada Fátima Nunes e o deputado Zé Raimundo, o nosso sempre professor.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, essa matéria tem causado um debate intenso aqui na Assembleia porque ela traz um componente político para além do componente técnico-legal. Nós, da bancada, encomendamos um parecer da nossa assessoria jurídica para subsidiar a nossa posição nessa discussão. E foi nos passada a orientação de que o Supremo Tribunal Federal recentemente tomou decisões importantes sobre o estatuto da reeleição nas casas legislativas do Brasil.

Antes da manifestação do STF, ou seja, até 2022, deputado Hilton, era prerrogativa das assembleias legislativas legislar sobre esse assunto, definir se teria ou não reeleição, quantas reeleições eram possíveis, porque se entendia, naquele período, que não caberia unificar uma regra, uma norma, para todo o Brasil e que os estados e municípios teriam autonomia para decidirem por meio das suas leis

orgânicas, dos seus regimentos internos e das suas constituições estaduais, no caso dos estados, qual regra valeria.

Mas, em 2022, o ministro Gilmar Mendes foi o relator de uma ADI sobre o mérito dessa matéria, e o STF mudou o entendimento dizendo que o princípio norteador para que as assembleias definissem a quantidade ou a possibilidade de reeleições era o princípio do funcionamento do Executivo nacional, que só permite uma única reeleição.

Do ponto de vista do funcionamento da democracia no Brasil, esse é o estatuto consagrado, que virou referência a partir dessa decisão do Supremo e colocou que a reeleição poderia ocorrer dentro da própria legislatura. Ou seja, o instrumento utilizado anteriormente é que não tinha reeleição, a não ser que ela se desse em legislaturas diferentes porque se caracterizaria um novo período legislativo. Com essa decisão do STF, foi permitida a reeleição uma única vez, uma única vez e dentro do período legislativo, da mesma legislatura.

Então, no nosso caso, se um presidente foi eleito no início de 2023, com essa nova norma ele poderia ser eleito de 23 a 25 e reeleito de 25 a 26, poderia ter dois biênios consecutivos, o que esta Casa, até o momento, não aprova, não permite, porque a nossa Constituição vedou isso depois da situação aqui analisada pelo deputado Hilton Coelho, dos vários mandatos consecutivos que o ex-presidente desta Casa teve.

Então, não há ilegalidade ou inconstitucionalidade sobre essa matéria, essa matéria está em sintonia com a decisão do STF, atualizando a legislação estadual para permitir o estatuto da recondução dos presidentes dentro da mesma legislatura, e a Bancada do PT, por esse motivo, vai votar a favor da matéria, a favor da PEC.

Daí tem uma situação que também foi analisada pelo STF: e os presidentes que estão no cargo já há dois mandatos, o que é que acontece com esses presidentes? Eles terão direito a uma nova eleição, seria um terceiro mandato? E qual foi a modulação feita pelo STF em um acordo?

Haverá, sim, possibilidade de uma recondução de presidentes que estejam no exercício de um mandato, desde que o seu segundo mandato tenha ocorrido até a data de 7 de janeiro de 2021, essa é a modulação feita pelo STF. Pode ter, sim, recondução daqueles presidentes que estão no exercício do segundo mandato, desde que eles tenham sido eleitos até 7 de janeiro de 2021.

Então, a interpretação, o parecer jurídico da assessoria da bancada é que, no caso da Bahia, a eleição do atual presidente ocorreu 20 e poucos dias depois dessa data de referência, ocorreu no dia 2 de fevereiro de 2021. E é daí, Sr. Presidente, que eu formulo a questão de ordem. Devido a esse entendimento de que a regra estabelece a possibilidade de reeleição desde que a eleição para o segundo mandato tenha ocorrido até o dia 7 de janeiro de 2021, a aprovação dessa matéria, nos termos em que ela está colocada, possibilitaria ao atual presidente concorrer a um terceiro mandato ou não?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., é o que está escrito, eu nem li, está aí à disposição para interpretação, deputado Robinson, não tenho como responder

porque, juro, eu nem li o que estava escrito no parecer que foi votado. Eu já me pronunciei sobre o que eu acho, o que eu entendo, porque uma coisa é a votação dando a possibilidade, na Bahia, pela Constituição, a permissão da reeleição... Não vi a redação, só V. Ex.^{as} interpretando.

Pois não, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Estou inscrito.

Sr. Presidente, eu fiquei... Eu posso falar a V. Ex.^{as} que, talvez, eu não seja o mais inteligente presente aqui nesta Casa, mas fiquei meio confuso depois que o meu amigo – chamo de amigo assim porque ele é – Robinson Almeida fez aqui uma interpretação do parecer apresentado neste momento.

Ele colocou, pelo que eu entendi, que votará e encaminhou o voto a favor da PEC, mas ele entende que é contra V. Ex.^a disputar uma nova reeleição. Foi isso que eu entendi. Ficou meio confuso porque, quando eu discuti com a minha bancada, nós entendemos, nós entendemos que estaríamos dando a possibilidade... não seria a Bancada da Oposição a tirar de V. Ex.^a a possibilidade, a possibilidade de disputar a sua candidatura.

Nesse entendimento, agora nós tiramos, nós zeramos, estamos iguais às outras casas após a aprovação dessa PEC, não há mais veto, não há mais veto desta Casa à condução da reeleição do presidente.

Qualquer questionamento que a gente vá fazer depois não será da nossa bancada e dos 46, 47 que assinaram... Dessa forma, com esse questionamento aqui, eu respeito completamente todos os posicionamentos de todos os colegas. Você veja que, ideologicamente, eu sou azul e o meu amigo é vermelho, e eu tenho respeito e admiração gigantesca por Robinson Almeida. Mas essa decisão, porque há um entendimento do deputado Robinson que não é só do deputado Robinson, é da bancada dele, essa decisão também será questionada.

Quando o deputado presidente Adolfo Menezes coloca aqui que poderia ficar uma coisa transparente, direta e objetiva para que não permitisse a quem quer que seja fazer qualquer interpretação subjetiva (eu olhar para aqui e achar mais bonito; olhar para cá e achar mais bonito)... Não, você tem que olhar para o lado que for e só enxergar uma coisa. Muitas vezes, as leis colocam uma subjetividade que vai depender do julgador, do juiz, do ministro, de quem quer que seja.

Então, eu acho que esta Casa hoje, ela vai fazer o papel dela de dar a possibilidade... não será esta Casa que vai tirá-la do presidente. Poderia ser Adolfo, poderia ser Angelo Coronel, poderia ser Rosemberg, não será esta Casa que vai tirar a possibilidade do presidente.

Cabe agora ao presidente, com a sua assessoria jurídica, buscar as defesas necessárias, os esclarecimentos para que a gente possa pacificar essa questão. Temos outros candidatos que poderão ser... Quero, mais uma vez, esclarecer a V. Ex.^{as}: não há escolha de presidente, não há apoio da Bancada da Oposição ao presidente Adolfo nem de quem quer que seja, nós não começamos essa discussão na nossa bancada.

Apenas, e repito mais uma vez, deputado Samuel, conversamos algumas vezes que não será a nossa bancada a tirar do deputado Adolfo Menezes a possibilidade, se

a maioria quiser, de ele disputar, mais uma vez, o cargo de presidente. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Srs. Deputados, vamos para a votação.

O Sr. Júnior Nascimento: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Júnior Nascimento.

O Sr. Júnior Nascimento: Sr. Presidente e demais parlamentares, eu achei necessário utilizar dessa questão de ordem para relatar alguns pontos, principalmente a respeito da deliberação dessa PEC. Desde que ela foi protocolada, a gente vem discorrendo, eu falo isso, em nome da bancada, principalmente ao nosso líder Alan, que por diversas vezes reiterou que a bancada já havia se propagado a respeito da matéria da PEC.

Nós tivemos, sim, um encontro com o prefeito de Salvador antes mesmo do protocolo dessa PEC, e, naquele momento, a única coisa que ficou definida por essa bancada é que só trataríamos de assunto relacionado à eleição na Assembleia, independentemente de V. Ex.^a concorrer à reeleição ou qualquer outro fato, posteriormente às eleições municipais.

Eis que surgiu o fato de termos número suficiente para tramitar essa matéria, que hoje vem para ser deliberada por este Plenário, mas, em momento algum, a bancada se reuniu para deliberar se é totalmente favorável ou totalmente contra.

Então, eu faço a minha questão de ordem até para chamar a atenção do deputado Alan Sanches, nosso líder, para ele falar pela bancada quando, de fato, ter havido algum tipo de acordo antes ou para ele desconsiderar alguns membros da bancada como seus integrantes.

Porque, quando se fala em nome da bancada, considera-se que sejam todos, e não é assim que tem acontecido. Em relação à PEC, nós, em momento algum, deliberamos qual seria o posicionamento. O meu mesmo eu já deixei público em entrevistas, qual será o meu pronunciamento, e a votação será pública, não tenho por que...

Não estamos falando de votação, votação será num segundo momento, mas essa questão eu queria deixar clara ao nosso líder Alan, peço até vênica ao presidente em relação a isso, mas eu precisava deixar claro porque, por reiteradas vezes, o presidente tem utilizado o termo “bancada” sem que haja, realmente, de fato, um acordo, um fechamento da questão por toda a bancada.

Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Zere o painel. Em votação...

O Sr. Robinho: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) em votação a PEC... é...

O Sr. Rosemberg Pinto: Foi o último, é rápido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É... deputado Robinho, só 1 minuto, o deputado Rosemberg... Então, falarão o deputado Rosemberg, o deputado Robinho, e depois iremos para a votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, quero aqui só... Acho que é natural, é uma Proposta de Emenda à Constituição que diz respeito a esta Casa, e é natural que haja esses questionamentos neste momento, a gente tem que ter tolerância para ouvir essas argumentações.

Acho que a gente não deve personalizar essa votação. A votação, a PEC apresentada pelo deputado Nelson Leal, ela resolve o problema da possibilidade da reeleição da Mesa Diretora dentro da mesma legislatura, o que não era permitido aqui pela Casa.

Votado isso, cabe depois avaliar as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, para a gente não personalizar, e o deputado Adolfo ontem colocou publicamente nos meios de comunicação que isso é necessário. Ou seja, isso não está posto e o deputado Alan foi feliz até nisso aqui. Essa votação não está vinculada ao processo de 2025, o que nós estamos falando é de corrigir uma situação que o próprio Supremo Tribunal Federal já pacificou ao dizer que pode haver uma única reeleição, ainda que no mesmo período. Então eu acho que é a isso que a gente tem de se ater.

Acredito que o deputado Robinson levantou um questionamento que está correto, mas acho que o deputado Adolfo já tinha respondido isso publicamente. O deputado Alan também fez aqui o seu questionamento de que não estaria assumindo nenhum compromisso com ninguém sobre o processo de 2025. O que eu acho e queria orientar aqui a minha bancada, a nossa bancada – faltava apenas a posição do Partido dos Trabalhadores e essa questão se pacificou hoje numa reunião –, para que a gente possa votar favoravelmente à PEC que está em debate.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, logo depois desta votação, encerrarei esta sessão e convocarei outra, 1 minuto após esta, para votarmos a PEC em segundo turno.

Zerem o painel.

Em votação, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 172/2023, apresentada pelo deputado Nelson Leal.

O Sr. Robinho: Sr. Presidente, só a título de informação...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pode colocar em votação e o deputado Robinho pode fazer a questão de ordem.

Em votação.

A votação será “sim” para quem concorda com a emenda constitucional e “não”, claro, para quem não concorda.

Pois não, deputado Robinho.

O Sr. Robinho: A título de informação para a imprensa e para todos aqui presentes, o União Brasil libera seus deputados para votar como entenderem melhor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Robinho.

Em votação.

O Sr. Alan Sanches: Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para encaminhar, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu quero até deixar claro aqui que quando a gente fala o posicionamento da bancada é diferente de fechamento de questão. Não houve um fechamento de questão nessa PEC nem em nenhum outro projeto este ano. Muitas vezes, o deputado, mesmo da nossa bancada, pode discordar, e eu quero deixar claro que, quando a gente fala em nome da bancada, a gente fala da maioria, mas é claro que existe a liberação dos colegas que, inclusive, nessa questão, já estão liberados. Dos deputados da Oposição, nós apresentamos 14 assinaturas, não foram as 20 assinaturas.

Então, dessa forma, V. Ex.^a já percebe que não tem a totalidade dos votos da Oposição. Por isso, eu quero encaminhar o voto “sim”, mas liberando a bancada para votar de acordo com seus princípios e convicções.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Sandro Régis me pediu aqui para, novamente, registrar que o voto é aberto, vai aparecer logo depois da votação.

Srs. Deputados, logo após a totalização dos votos, encerrarei esta sessão e iniciaremos outra, rapidinho, para votarmos em segundo turno.

O deputado Eduardo Alencar está na Casa? E o deputado Zó já votou?

Vou totalizar os votos. Infelizmente, o deputado Eduardo Alencar não está na Casa. Por favor, deem uma caixinha de lenços ao deputado Eduardo Alencar.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, como esta é uma votação em dois turnos, eu, conversando com o deputado Alan – não sei se todos os deputados ainda permanecem –, sugiro, só para facilitar, que a gente vote o segundo turno por aclamação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, vamos votar no painel porque é melhor para a emenda constitucional.

Por favor, totalizem os votos, mesmo sem o deputado Eduardo Alencar.

(Procede-se ao escrutínio.)

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k., vou pedir aos outros deputados para permanecerem para a gente votar em segundo turno.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Aprovada, em primeiro turno, com 57 votos “sim” e 2 votos “não”.

Com as ausências do deputado Eduardo Alencar, da deputada Fátima Nunes, da deputada Maria del Carmen e da deputada Ivana Bastos.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 172/2023

Dá nova redação ao § 3º do art. 67 e ao inciso II do art. 71 da Constituição do Estado da Bahia.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no § 3º do art. 74 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda à Constituição Estadual:

Art. 1º. O § 3º do art. 67 e o inciso II do art. 71 da Constituição do Estado da Bahia passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 67.

.....

§ 3º A Assembleia Legislativa, no primeiro ano da legislatura, reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, para posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução para o mesmo cargo, por uma vez, na eleição imediatamente subsequente.

.....

Art. 71.

.....

II - eleger sua Mesa Diretora para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução para o mesmo cargo, por uma vez, na eleição imediatamente subsequente;

.....

Art. 2º. Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, 07 de novembro de 2023.

Deputado NELSON LEAL

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Convoco uma sessão extraordinária, 1 minuto após o encerramento desta, para votar em segundo turno a Proposta de Emenda à Constituição nº 172/2023.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Fátima Nunes, Ivana Bastos (licenciada) e Maria del Carmen. (03)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.

